



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 27/2009** -----

-----Aos vinte e quatro dias do mês de Novembro do ano de dois mil e nove, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 23 de Novembro de 2009, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **768.722,96 € (Setecentos e sessenta e oito mil, setecentos e vinte e dois euros e noventa e seis cêntimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

**1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

**2 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Não se registou qualquer intervenção por parte dos Vereadores.-----

**3 - ORDEM DO DIA**-----

-----**3.1 - PROGRAMA DE ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL**-----

**D.A.G.F./Proc.1/DOC.2**

-----Na sequência da deliberação camarária de 9 de Novembro de 2009, sobre o assunto em epígrafe, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a ratificação do seu despacho, datado de 17 de Novembro de 2009, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta, que autorizou a contratação, a termo resolutivo certo, com início em 23 de Novembro de 2009 e fim em 30 de Junho de 2010, como professor de Actividade Física e Desportiva, de António Pedro Silva Teixeira, com um horário de 2 horas, no Agrupamento de Escolas da Cordinha, a remunerar, proporcionalmente, pelo índice 126 da Tabela de Vencimentos dos Professores e Educadores para 2009, e bem assim a correcção do horário de actividade física e desportiva a colocar a concurso para 11 horas e não 13 como constou na aludida deliberação. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

-----**3.2 - ANÁLISE E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

**D.A.G.F./DOC.3**

-----Na sequência da deliberação camarária de 9 de Novembro de 2009, foi presente pelo Presidente da Câmara a Proposta de Regimento da Câmara Municipal para efeitos de aprovação. ---

-----Sobre o assunto o Vereador Mário Alves referiu entender tratar-se de um documento que apenas tem de existir por força da Lei, lembrando que na prática, aquilo que na realidade funciona não é o que consta deste documento mas sim o “bom senso”, o que considera ser mais importante do que o regimento, uma vez que todos fazem parte de um órgão democrático onde deve efectivamente imperar o “bom senso”.-----

-----O Presidente da Câmara deu conta que, face às sugestões de alteração ao referido regimento, remetidas pelos vereadores Telma Martinho e Paulo Rocha, houve o cuidado de que todas fossem acolhidas, à excepção da proposta de inclusão do nº 4, no artigo 2º, remetida pelo segundo, com a seguinte redacção “4 - *Nas reuniões públicas, os representantes dos órgãos de comunicação social presentes, considerando a relevância do adequado funcionamento dos trabalhos, apenas podem proceder à recolha de fotografias em momentos que não interfiram com as intervenções dos participantes, devendo de igual modo dar conhecimento prévio da sua intenção de gravação da reunião, de forma parcial ou total, em audio e/ou vídeo.*” Esclareceu igualmente que a razão desta rejeição se deve ao facto das reuniões públicas passarem a realizar-se no salão Nobre dos Paços do Município, onde em seu entender há condições para que a comunicação social possa desenvolver a sua actividade, sem interrupção da ordem de trabalhos do executivo. Acredita no entanto, que à semelhança do que disse o vereador Mário Alves, imperará o “bom senso” por parte dos jornalistas no momento em que captarem fotografias e gravações áudio ou de imagem. Por esta razão referiu entender não ser necessário incluir qualquer tipo de imposição relativamente à actividade da comunicação social no documento em apreço. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu concordar com a não inclusão no regimento de qualquer imposição ao trabalho da comunicação social por considerar que estes profissionais devem ter todas as condições necessárias que lhes permitam desenvolver a sua actividade de forma livre. --

-----O Vereador Paulo Rocha referiu entender que, em consonância com o artigo anterior que faz referência à realização das reuniões na sala de reuniões anexa ao Gabinete de Apoio Pessoal ao Presidente da Câmara, fazia sentido que existissem determinados pressupostos em relação à participação da comunicação social nas reuniões públicas, sublinhando que “de acordo com a presente proposta de regimento, se a intenção é realizar as reuniões públicas no Salão Nobre dos Paços do Município tem lógica que se alterem também os pressupostos, uma vez que o teor deste documento tem um encadeamento lógico e não pode ser analisado subtraindo os artigos”. Lembrou no entanto que a proposta de alteração ao regimento apresentada pelos eleitos do PPD/PSD surgiu na sequência do que havia sido referido na última reunião, pelo que nada têm a acrescentar em relação a esta matéria, assim como também não têm qualquer objectivo em interferir no trabalho da comunicação social, pretendendo-se apenas que as duas partes possam desenvolver o seu trabalho com lógica. -----

-----**Submetido o assunto à votação, a Câmara Municipal, após análise efectuada às sugestões de alteração ao regimento apresentadas pelos vereadores eleitos pelo Movimento de Cidadãos - OLIVEIRA DO HOSPITAL SEMPRE - OHS e pelos vereadores eleitos pelo Partido Social Democrático, deliberou, por unanimidade e nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar o texto do**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**Regimento da Câmara Municipal ora apresentado, com as alterações propostas pelos senhores vereadores.** -----

**-----3.3 - ACEITAÇÃO DE LEGADO (ALÍNEA H) DO N.º 1 DO ART.º 64.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO)-----**

**D.A.G.F./DOC.4**

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma informação datada de 18 de Novembro de 2009, do Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, a dar conta de que os serviços foram recentemente informados da morte do Prof. Virgílio Hall da Fonseca, natural de Lagos da Beira, deste concelho, e residente em Estremoz, tendo legado por testamento lavrado em 30 de Outubro de 2008 no Cartório Notarial de Évora, ao Município de Oliveira do Hospital, metade de todo o dinheiro que possuía à data da sua morte e que estivesse depositado nas suas contas a prazo e à ordem na Caixa Geral de Depósitos de Estremoz, no Banco Santander Totta em Estremoz, na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz, Monforte e Arronches e respectivos juros, e bem assim duas fracções autónomas e o respectivo recheio pertencentes a um prédio urbano sito em Armação de Pêra e um lugar de estacionamento também ali localizado, com a condição de serem vendidos pela Câmara Municipal com a colaboração da Junta de Freguesia de Lagos da Beira, destinando-se o dinheiro apurado e as restantes quantias legadas à constituição de um fundo, a gerir pelas duas autarquias, destinado à construção de uma obra de carácter social em benefício exclusivo de Lagos da Beira. -----

-----A pedido do Presidente da Câmara o Director de Departamento de Administração Geral e Finanças, com base na informação acima mencionada, prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto em apreço, tendo o Vereador Mário Alves tido igual procedimento, realçando no entanto a iniciativa tomada pelo falecido Prof. Virgílio Hall da Fonseca, por se tratar de uma pessoa que há muitos anos que não vivia no concelho de Oliveira do Hospital e que mesmo assim, no final da sua vida, teve um gesto desta natureza para com o seu concelho e nomeadamente para com a freguesia de que era natural. -----

-----O Vereador Mário Alves disse ainda considerar importante que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, no mais curto espaço de tempo, pusessem em prática a vontade manifestada pelo doador no sentido de que em Lagos da Beira seja criada uma infra-estrutura de Centro de Dia com valência de Lar de Idosos, para que possa servir a população de Lagos da Beira, tal como era desejo do falecido, atribuindo-lhe o seu nome. -----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu subscrever as palavras do Vereador Mário Alves, realçando também a importância da disponibilidade do Prof. Virgílio Hall em ceder uma parte considerada significativa do seu património ao Município de Oliveira do Hospital e à freguesia de Lagos da Beira, subscrevendo igualmente o desejo de que a vontade manifestada pelo falecido seja materializada no mais curto espaço de tempo possível homenageando efectivamente quem fez a doação e o principal mentor dessa realidade futura que se espera venha a existir naquela freguesia. -

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu concordar com tudo o que foi dito sobre o assunto em análise.-----

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu tratar-se de um assunto que já se arrasta há algum tempo, sendo que era do conhecimento do executivo em exercício no mandato anterior, sublinhando que o importante é acolher o legado, dando-lhe consequência prática, ou seja criar um equipamento social, sendo justo, que havendo um benemérito que doa algo ao município para uma obra desta envergadura se atribua o seu nome ao futuro equipamento social, com o compromisso de todos para que esse projecto seja uma realidade. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara informou ainda que no dia em que for receber os dados relativos às contas bancárias e as chaves das fracções em causa, o fará na companhia do Presidente da Junta de Freguesia de Lagos da Beira. Disse igualmente subscrever as declarações de todos os intervenientes, lembrando no entanto que esta doação é mais direccionada à Junta de Freguesia de Lagos da Beira, sendo que o Município de Oliveira do Hospital é apenas um interveniente. -----

-----**Analisado o assunto em apreço, a Câmara Municipal nos termos do disposto na alínea h) do nº 1 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, deliberou, por unanimidade, aceitar o legado em conformidade com a informação do Director de Departamento de Administração Geral e Finanças acima referida, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.** -----

**-----3.4 - PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO FUNCIONAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES/TRANSPORTE ESCOLAR-----**

**D.A.G.F./DOC's.5 ao 23**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação dos Protocolos, a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e diversas entidades do concelho, a saber, **Santa Casa da Misericórdia de Galizes, Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira, Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas, Agrupamento de Escolas da Cordinha, Agrupamento de Escolas do Vale do Alva, Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense, Centro Paroquial de Solidariedade Social de Santa Ovaia, Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira, Centro Social e Paroquial de Ervedal da Beira, Fundação Aurélio Amaro Dinis, Obra de D. Josefina da Fonseca de Protecção à Criança e Formação Doméstica, Associação dos Amigos da Lajeosa, Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Bobadela, Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô, Centro de Recreio e Convívio de Alvôco das Várzeas, Centro de Desenvolvimento Sócio Cultural de Penalva de Alva, Freguesia de Meruge, Freguesia de Lourosa e Freguesia de Seixo da Beira**, que têm por objecto o Apoio ao Funcionamento da Componente de Apoio à Família, o apoio no Fornecimento de Refeições aos Jardins de Infância e Escolas do 1º CEB e bem assim o apoio no serviço de transportes das crianças dos Jardins de infância e Escolas do 1º CEB. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os presentes Protocolos.** ---

**-----3.5 - OFERTA DE PRESENTES DE NATAL ÀS CRIANÇAS A FREQUENTAR O PRÉ-ESCOLAR E O 1º CEB NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA CONCELHIA-----**

**D.A.G.F.**

-----**Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adquirir cerca de 1.265 presentes seleccionados para oferta às crianças que frequentam o Pré-Escolar e o 1º CEB nas escolas da rede pública concelhia, pelo montante estimado de 9.600,00 € (Nove mil e seiscentos euros).**-----

-----Sobre o assunto, intervieram os Vereadores José Carlos Mendes, que referiu concordar com a oferta de presentes de Natal às crianças, defendendo no entanto que a aquisição dos mesmos não seja efectuada num só local, mas sim em vários, privilegiando o comércio tradicional local, e o Vereador Mário Alves que explicou as razões e os motivos que levaram a autarquia a assumir a atribuição de uma prenda de Natal a todas as crianças que frequentam o Pré-Escolar e o 1º CEB nas escolas da rede pública concelhia, lembrando no entanto que durante o período em que teve essa responsabilidade as referidas prendas foram sempre adquiridas em comércio local. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**3.6 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:** -----

**A) INSTITUIÇÕES:** -----

**-----A -1) ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA AMIGOS DE RAOUL FOLLEREAU-----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação Portuguesa Amigos de *Raoul Follereau*, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)** como apoio à realização de actividades no âmbito da comemoração do 57º Dia Mundial dos Leprosos. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**-----A - 2) GRUPO DE JOVENS DE LAGOS DA BEIRA-----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta datada de 10 de Novembro de 2009, remetida pelo Grupo de Jovens de Lagos da Beira, a solicitar a atribuição do subsídio que anualmente é concedido às associações, colectividades e clubes (desporto não federado) do concelho, destinado ao funcionamento e ao desenvolvimento de actividades, e que por motivos que alegam desconhecer não lhes foi concedido neste ano civil. -----

-----A pedido do Presidente da Câmara, o Vereador Mário Alves esclareceu, que à semelhança do que referiu na anterior reunião de Câmara, a não atribuição de subsídio ao Grupo de Jovens de Lagos da Beira se deveu única e exclusivamente ao facto do executivo ter entrado em gestão, e por força da Lei não poder proceder à atribuição de qualquer subsídio. Informação que como declarou pretende que seja comunicada ao referido Grupo de Jovens. -----

-----Em face do exposto, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Grupo de Jovens de Lagos da Beira, um subsídio no montante de **500,00 € (Quinhentos euros)** destinado à comparticipação nas despesas de funcionamento e à prossecução de actividades, valor este correspondente ao subsídio anual do ano de 2009. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**-----A -3) ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA LAJEOSA, IPSS-----**

**D.A.G.F./Proc.53/4**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à Associação dos Amigos da Lajeosa, IPSS, um subsídio no montante de **25.000,00 € (Vinte e cinco mil euros)** para saneamento financeiro resultante do projecto de construção do Centro Comunitário da Lajeosa, a prestar serviço àquela comunidade nas áreas de Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Creche e ATL. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta, tendo o Vereador Mário Alves declarado votar favoravelmente a atribuição do presente subsídio, condicionado a que igual critério seja utilizado para todas as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**IPSS's do concelho que têm igualmente dívida, seja a sócios, seja à banca, conforme declarações abaixo transcritas. -----**

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu que hoje ficou esclarecido da razão porque é que um Deputado Municipal, na última sessão da Assembleia Municipal, fez referência à existência de “promessas de subsídios” caso houvesse determinado tipo de eleições. Lembrou igualmente que para além da Associação dos Amigos da Lajeosa, há um conjunto de Instituições no concelho que contraíu dívida à banca. Referiu ainda que por esta razão e tal como sempre defendeu, entende que o critério tem que ser igual para todos, sublinhando que “não pode haver aqui filhos e enteados”, defendendo a criação de um critério a ser aplicado a todas as instituições do concelho. Declarou ainda entender que, mesmo votando favoravelmente a atribuição do subsídio ora proposto à Associação dos Amigos da Lajeosa, a Câmara Municipal deverá efectuar um levantamento das IPSS's do concelho que contraíam dívidas, ou para com sócios, ou para com a banca, a fim de que seja utilizado igual critério para com todas, pois considera ser essa a função da autarquia. Esclareceu ainda que “após a leitura efectuada pelo senhor Presidente à carta remetida pela Associação dos Amigos da Lajeosa, dá a sensação de que a mesma fez a obra sem ter recebido qualquer apoio da Câmara Municipal, o que não é verdade”, lembrando que a referida associação recebeu apoio desta autarquia para o investimento em causa. Disse ainda, que de todas as obras sociais realizadas no concelho, aquela foi a que foi financiada com uma percentagem de apoio mais elevada, factor que referiu considerar relevante na análise efectuada. Concluiu solicitando ao Presidente da Câmara que a Câmara Municipal faça o levantamento das IPSS's do concelho que têm igualmente dívida seja a sócios, seja à banca, e que igual critério seja utilizado para todas essas IPSS's. -----

-----O Presidente da Câmara reconheceu desconhecer que a Associação dos Amigos da Lajeosa já havia recebido apoio da autarquia para o efeito. Dirigindo-se ao Vereador Mário Alves referiu ainda que “sobre promessas eleitorais senhor vereador, julgo que não vamos falar. Hoje não falamos sobre promessas eleitorais, senão teria que se dizer muito, e eu estou aqui agora para ver se trabalhamos para o futuro, e deixamos o passado descansado”. -----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que apenas abordou esta questão, pelo facto de um Deputado Municipal do Partido Socialista, que hoje faz parte da mesa da Assembleia Municipal, em sessão daquele órgão ter falado sobre o assunto. -----

-----O Vereador Paulo Rocha referiu entender que a Câmara Municipal deve efectivamente seguir o mesmo princípio em relação a outras IPSS's de maneira a encontrar uma forma de conciliação entre os montantes de investimento e montantes de apoio da Câmara, verificando em simultâneo se as dívidas existem tendo por base um determinado tipo de investimento efectuado ou se por má gestão. -----

-----O Vereador José Carlos Mendes referiu igualmente entender que as instituições devem realmente ser apoiadas, defendendo no entanto que a Câmara Municipal deve averiguar se a referida associação já recebeu algum apoio financeiro para fazer face às despesas do projecto em causa, salvaguardando assim uma sobreposição na concessão de financiamento para o mesmo efeito. -----

-----Ao que o Vereador Mário Alves confirmou não haver inconveniente no reforço do apoio por parte da Câmara Municipal para o efeito, considerando no entanto que o executivo deve efectivamente ser criterioso quanto à gestão deste tipo de recursos públicos. -----

**B) AUTARQUIAS: -----**

**-----B -1) FREGUESIA DE LAJEOSA-----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara um ofício datado de 17 de Novembro de 2009, remetido pela Junta de Freguesia de Lajeosa, a solicitar apoio financeiro com vista à liquidação de dívidas contraídas a fornecedores. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e sob proposta do Presidente da Câmara, adiar a análise e discussão deste assunto para uma próxima reunião a fim de reunir informação mais detalhada sobre o mesmo.** -----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves referiu considerar prudente a posição do Presidente da Câmara. Fez ainda referência ao sentido de irresponsabilidade política do ex. Presidente da Junta de Freguesia de Lajeosa relativamente a esta matéria. Lembrou igualmente de que hoje as Juntas de Freguesia (Autarquias Locais), também podem contrair empréstimos a curto prazo, reconhecendo no entanto que se trata de um processo complexo. Reconheceu ainda de que é muito complicado assumir a responsabilidade de uma Junta de Freguesia sem dinheiro e com dívidas, como é o caso da Lajeosa. Assim, solicitou ao Presidente da Câmara para que, por uma questão de prudência, se usasse do mesmo critério questionando todos os Presidentes de Junta do concelho, onde houve mudança de eleitos, a fim de averiguar se se encontram ou não na mesma situação, pois entende que caso haja mais Juntas de Freguesia nestas condições a Câmara Municipal deve ter igualdade de procedimentos. -----

-----O Presidente da Câmara acolheu a sugestão do Vereador Mário Alves, referindo no entanto que do contacto que teve com a maioria das Juntas de Freguesia do concelho, julga que a Junta de Freguesia de Lajeosa será a única que se encontra nestas condições, pois até ao momento mais nenhuma se queixou da sua situação económica. -----

**C) APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA E ESCOLAS DO 1º CEB - EXPEDIENTE E LIMPEZA, COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA E APOIO AO PLANO DE ACTIVIDADES**-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios como apoio ao funcionamento dos Jardins de Infância e Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, no ano lectivo 2009/2010, nomeadamente na comparticipação das despesas de Expediente e Limpeza, funcionamento da Componente de Apoio à Família e desenvolvimento do Plano Anual de Actividades, distribuídos da seguinte forma: -----

Agrupamento de	Jardim-de-infância	E.B.1	Total
Escolas Brás Garcia de Mascarenhas	5.200,00 €	8.490,00 €	13.690,00 €
Escolas da Cordinha	1.390,00 €	2.270,00 €	3.660,00 €
Escolas de Lagares da Beira	980,00 €	1.830,00 €	2.810,00 €
Escolas do Vale do Alva	1.000,00 €	2.190,00 €	3.190,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

TOTAIS	8.570,00 €	14.780,00 €	23.350,00 €
--------	------------	-------------	-------------

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

**D) ACCÃO SOCIAL ESCOLAR:** -----

**-----D-1) ALUNOS ABRANGIDOS PELOS ESCALÕES A E B DOS AUXÍLIOS ECONÓMICOS – ANO LECTIVO 2009/2010-----**

**D.A.G.F.**

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal do número total, por Agrupamento de Escolas, dos alunos que frequentam o 1º CEB e que foram abrangidos pelos escalões A e B dos Auxílios Económicos, no ano lectivo 2009/2010, a saber: -----

AGRUPAMENTO DE	Escalão A	Escalão B
Escolas Brás Garcia de Mascarenhas	107	158
Escolas da Cordinha	55	32
Escolas de Lagares da Beira	27	30
Escolas de Vale do Alva	43	46
Total por escalão	232	266
TOTAL	498	

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

**D -2) COMPARTICIPAÇÕES PARA MANUAIS E OUTRO MATERIAL ESCOLAR-----**

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a aprovação dos seguintes montantes a atribuir aos Agrupamentos Escolares do Concelho, no âmbito das comparticipações para manuais e outro material escolar dos alunos abrangidos pelos escalões A e B dos auxílios económicos:-----

Agrupamento de	Nº alunos	valor atribuído	Total
1º ano			
Escolas Brás Garcia de Mascarenhas	57	45,00 €	2.565,00 €
Escolas da Cordinha	17	45,00 €	765,00 €
Escolas de Lagares da Beira	6	45,00 €	270,00 €
Escolas de Vale do Alva	22	45,00 €	990,00 €
Sub-total	102		4.590,00 €
2º ano			
Brás Garcia de Mascarenhas	62	50,00 €	3.100,00 €
Cordinha	28	50,00 €	1.400,00 €
Lagares da Beira	12	50,00 €	600,00 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

Vale do Alva	14	50,00 €	700,00 €
<b>Sub-total</b>	<b>116</b>		<b>5.800,00 €</b>
<b>3º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	60	55,00 €	3.300,00 €
Cordinha	21	50,00 €	1.050,00 €
Lagares da Beira	13	50,00 €	650,00 €
Vale do Alva	29	55,00 €	1.595,00 €
<b>Sub-total</b>	<b>123</b>		<b>6.595,00 €</b>
<b>4º ano</b>			
Brás Garcia de Mascarenhas	86	45,00 €	3.870,00 €
Cordinha	21	45,00 €	945,00 €
Lagares da Beira	26	45,00 €	1.170,00 €
Vale do Alva	24	55,00 €	1.320,00 €
<b>Sub-total</b>	<b>157</b>		<b>7.305,00 €</b>
<b>Totais</b>	<b>498</b>		<b>24.290,00 €</b>

MAPA RESUMO		
Agrupamento de	Nº alunos	Total
Escolas Brás Garcia de Mascarenhas	265	12.835,00 €
Escolas da Cordinha	87	4.160,00 €
Escolas de Lagares da Beira	57	2.690,00 €
Escolas de Vale do Alva	89	4.605,00 €
<b>Total</b>	<b>498</b>	<b>24.290,00 €</b>

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea d) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta. -----

**3.7 - OBRAS PARTICULARES:**-----

-----**3.7.1 - LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----

D.S.T./DOC.24

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 2 e 20 de Novembro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte desta acta. -----

**3.8 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----

-----**3.8.1 - QUEIXA-CRIME CONTRA FERNANDO JOAQUIM DE BRITO PINTO FERREIRA, JUNTO DA PROCURADORA-ADJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO**-----

D.A.G.F./Procº 32/DOC.25



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara um ofício datado de 16 de Novembro de 2009, remetido pelo Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa – 4º Juízo, a dar conta de todo o conteúdo da douda decisão instrutória proferida em 13 de Novembro do ano em curso, no âmbito do processo em epígrafe, que conclui pelo arquivamento do processo relativo àquela queixa, a qual por ser extensa se dá por inteiramente reproduzida, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**3.8.2 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.26

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 6 e 24 de Novembro de 2009, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte desta acta.-----

**4 – OUTROS ASSUNTOS**-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

-----**4.1 – SOCIEDADE DE DEFESA E PROPAGANDA DE AVÔ – PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DAS DESPESAS PELA CONSTRUÇÃO DE RAMAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA**-----

D.A.G.F./Procº30/6-2

-----Por proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal, de acordo com a informação dos serviços deliberou, por unanimidade e nos termos do nº. 2 do artigo 6º. do Regulamento de Liquidação e Cobrança das Taxas e Tarifas, isentar a Sociedade de Defesa e Propaganda de Avô do pagamento das despesas inerentes à construção de um ramal de abastecimento de água no montante de 340,15 € (Trezentos e quarenta euros e quinze centimos), conforme solicitado, considerando estas despesas no conceito das taxas e tarifas previsto na referida norma regulamentar.-----

-----**4.2 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, agendar uma reunião extraordinária para o próximo dia 3 de Dezembro do ano em curso, com início às 15:30 horas, com a seguinte ordem do dia:-----

-----Ponto Único – Aprovação e Votação das Propostas das Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2010/2013 e Orçamento para o ano de 2010.-----

-----**4.3 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MARCAÇÃO E ORDEM DO DIA**-----

G.D.E.S.

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que seja solicitada ao Presidente da Assembleia Municipal, a marcação da sessão ordinária daquele órgão para o dia 19 de Dezembro de 2009, pelas 09:00 horas, bem como a inclusão, na respectiva Ordem do Dia, dos seguintes assuntos:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----1 - Informação acerca da actividade e da situação financeira do Município.-----

-----2 - Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, das propostas da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Actividades mais Relevantes para o Quadriénio 20010/2013, do Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de 2010 e do Mapa de Pessoal ao serviço da Câmara Municipal para aquele ano que, nos termos do nº 2 do artigo 4º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, acompanha a proposta de Orçamento.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

-----**4.4 - GRUPO DESPORTIVO SANGIANENSE**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua ao Grupo Desportivo Sangianense, um subsídio no montante de **1000,00 € (Mil euros)**, correspondentes à época 2008/2009, a pagar de imediato.-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

-----**4.5 – DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS DA CÂMARA MUNICIPAL – EXECUTIVO EM PERMANÊNCIA**-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara, nos termos do nº 4º do artigo 58º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, informou a Câmara Municipal de que procedeu à seguinte distribuição de funções a que correspondem os pelouros a seguir enunciados:-----

-----**PELOUROS DO PRESIDENTE DA CÂMARA:**-----

----- Administração e Finanças -----

----- Desenvolvimento Económico e Empresarial -----

----- Obras Municipais -----

----- Ordenamento do Território e Urbanismo -----

----- Reorganização Administrativa e Gestão Autárquica -----

----- Trânsito e Toponímia -----

----- Protecção Civil -----

-----O Presidente da Câmara tem ainda a responsabilidade de coordenação do Gabinete de Apoio às Freguesias-----

-----**PELOUROS DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSÉ FRANCISCO ROLO**-----

----- Solidariedade e Acção Social -----

----- Ambiente e Qualidade de Vida -----

----- Mercados / Feiras e Promoção do Concelho -----

----- Planeamento e Desenvolvimento Estratégico -----

----- Cooperação e Integração Regional -----

----- Saúde -----

----- Tecnologia e Inovação -----

-----**PELOUROS DA VEREADORA A TEMPO INTEIRO – GRAÇA SILVA**-----

----- Educação, Formação e Qualificação -----

----- Cultura e Desporto -----

----- Juventude e Tempos Livres -----

----- Património Municipal -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----PELOUROS PARTILHADOS -----  
----- Turismo (Presidente e Vice-presidente da Câmara) -----  
----- Associativismo (Vice-presidente da Câmara e Vereadora) -----  
----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----4.6 – NOMEAÇÕES-----

-----O Presidente da Câmara informou a Câmara Municipal de que nomeou para o cargo de Director da ADEPTOLIVA, o seu Chefe de Gabinete, Artur Manuel Freire de Abreu, Professor do Ensino Básico, e como representante da Câmara Municipal na ADITO – Agência de Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital, o Vereador José Francisco Rolo. Disse ainda que no que diz respeito ao Conselho de Administração da Fundação Aurélio Amaro Dinis tem estado a efectuar alguns contactos no sentido de também poder efectuar essa nomeação até ao final do corrente mês de Novembro.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- 4.7 – CONSTRUÇÃO DOS TRACADOS IC6, IC7 e IC37 -----

D.A.G.F

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal da sua presença em algumas reuniões da CCDRC, com o Engº João Vaz, que o informou de que brevemente viria em visita ao concelho de Oliveira do Hospital com o Presidente daquela entidade. Deu igualmente conhecimento da sua presença numa reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, visando essencialmente a construção dos traçados IC6, IC7 e IC37, dando conta de que, do que pôde perceber, existem alguns problemas relativamente à construção do traçado IC37, nomeadamente no que diz respeito às opções defendidas pelo Município de Oliveira do Hospital. Esclareceu que inicialmente estavam previstos três traçados, o primeiro a passar junto ao Pólo Industrial de Seixo da Beira, aquele que se entendia ser o melhor para o concelho de Oliveira do Hospital, o segundo a passar entre a Sobreda e o Chaveiral, e o terceiro a passar a Norte de Paranhos da Beira, ou seja entre Paranhos e Vila Nova de Tárzem. Disse ainda que o primeiro traçado foi excluído pelo Ministério do Ambiente, tendo em conta a sua situação geográfica, sublinhando que, perante este quadro, restam apenas dois traçados que neste momento estão a ser devidamente analisados pelas entidades competentes. Situação que como referiu o deixa preocupado, por considerar que a construção do traçado a Norte não é o mais conveniente para o concelho de Oliveira do Hospital. Referiu no entanto ter conhecimento de que existe uma grande força política para que o referido traçado seja construído mais a Nascente do concelho de Seia, entendendo assim que o Município de Oliveira do Hospital tem que tomar urgentemente uma posição relativamente a essa possibilidade, pois considera que o melhor traçado para o concelho de Oliveira do Hospital é o que está previsto entre a Sobreda e o Chaveiral (traçado 1). Posição que referiu ter comunicado de imediato ao Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, salvaguardando a necessidade de que seja construída uma via rápida, saindo do nó de Paranhos, em direcção à Zona Industrial de Oliveira do Hospital, ou mesmo até mais há frente, requalificando a Ponte do Salto. Prosseguiu dando conta de que na próxima quarta-feira irá estar reunido com alguns Presidentes de Câmara, num jantar de homenagem ao ex. Presidente de Câmara de Penacova, no Hotel São Paulo, pelo que irá aproveitar aquele momento para sensibilizar todos os presentes para que tomem igual posição em defesa do referido traçado. Entende igualmente ser importante dinamizar algumas associações para que em conjunto lutem em defesa da construção deste traçado. Disse ainda esperar reunir com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Seia, ainda esta



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

semana, no sentido de o convencer a apoiar a construção deste traçado, pois considera que será aquele que também mais lhe convirá. Referiu também que o Senhor Secretário de Estado disse tratar-se de uma decisão que não é da sua responsabilidade, mas sim do Ministério do Ambiente, pelo que espera, em sessão da Assembleia Municipal, dinamizar alguns abaixo-assinados em prol da defesa da construção do traçado 1, entre a Sobreda e o Chaveiral, salientando que esta é a sua posição sobre o assunto.-----

-----**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**-----

-----Sobre o assunto, o Vereador Mário Alves declarou que, contrariamente ao que se vai dizendo e anunciando publicamente e politicamente, continua a verificar que, infelizmente, as grandes redes viárias funcionam por “lobbies” e não tendo em atenção o que é de mais essencial para o desenvolvimento do concelho de Oliveira do Hospital. Referiu igualmente tratar-se de uma situação que não é nova, uma vez que o Governo anterior, e o mesmo Secretário de Estado, já diziam na altura que a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital deveria arranjar um “lobby” para defender aquilo que era mais importante para o concelho de Oliveira do Hospital. Salientou ainda que “muito mal vai um país, quando nós estamos dependentes de “lobbies”. Quando nós não defendemos as coisas, tendo em vista aquilo que são as perspectivas de desenvolvimento das regiões e estamos condicionados a “lobbies”, sejam de Presidentes de Câmara, sejam de Associações. O nosso país tem que deixar de ser um país de “lobbies”. As políticas no nosso país têm que assentar efectivamente naquilo que são as necessidades e que são os critérios de desenvolvimento para o concelho, e que devem estar acima de tudo e de todos. E por isso, terei que, com algum “azedume”, dizer aqui, “chega de Lobbies, no país e nesta região”. As coisas devem ser feitas com planeamento. E depois não venham invocar que a culpa é do Ambiente. Porque se o Ambiente em determinadas situações desafecta, porque razão é que não desafecta noutras? Fica a pergunta para que aqueles que estão no Governo possam responder. Mas responder com coerência, com verdade e com transparência.”-----

-----O Vereador José Francisco Rolo referiu ter ouvido muitas vezes, no anterior mandato, o Vereador Mário Alves, na altura Presidente de Câmara, a falar nos projectos, nas suas alternativas, e nas avaliações de impacto ambiental, sublinhando muitas vezes de que tinha de haver alternativas aos traçados. Disse no entanto que o que está em proposta final são dois traçados, entendendo assim que “ou nos vamos manter em silêncio tal como esta Câmara andou muitos anos, ou nos vamos bater de mãos dadas e juntando esforços para esta luta pela solução que mais interessa ao concelho de Oliveira do Hospital. Sublinhou ainda que “eu não sei se é “não aos lobbies”, ou se é “sim aos lobbies”, agora há uma coisa que eu aqui digo sem reservas “não ao silêncio”. Que foi aquilo a que esta Câmara se remeteu durante anos em relação à construção dos traçados, particularmente ao IC7. Mas a verdade é que, enquanto uns se mobilizaram em “lobby”, dando as mãos e unindo-se nessa luta, a Câmara Municipal remetia-se ao silêncio. Por isso eu termino dizendo “não ao silêncio”. -----

-----Ainda sobre o assunto, o Presidente da Câmara referiu o seguinte “o que eu sei sem dúvida nenhuma, e são constatações de facto, é que o nosso concelho tem sido altamente prejudicado pelos diferentes Governos que governaram o país. Porque Oliveira do Hospital, em termos de vias de comunicação, ao contrário de outras regiões, ficou isolado numa ilha. Isto é que é uma realidade dura e crua. E neste momento já não me interessa imputar responsabilidades. Eu estou aqui para preparar o futuro, e para isso eu já constatei que fomos prejudicados. E tive a oportunidade de dizer isso, com a mesma convicção que digo hoje neste órgão, num jantar em Coimbra em que estavam presentes muitos representantes de Governos anteriores do Partido Socialista. Ou seja, que os representantes de Coimbra tinham efectuado um péssimo serviço pelo facto de terem pensado muito nas suas populações periféricas, esquecendo-se dos seus concelhos. E por isso eu não tenho



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

problemas em admitir neste momento que o que está para trás já nos prejudicou o suficiente, e nós sabemos-lo. Não tenho problemas nenhuns em fazer parte deste concelho, mas lamento que seja assim, porque eu penso que Oliveira do Hospital merece ter estas vias de comunicação o mais rápido possível, e é uma questão de justiça. Agora, eu não tenho problemas nenhuns em jogar com as mesmas regras que jogaram outros municípios, na defesa dos interesses do meu concelho. E é isso que eu vos prometo fazer aqui. Não me interessa saber se há “lobbies” ou não. O que me interessa é que neste momento estou disponível para esta luta e fazer tudo para que o IC37 fosse o mais perto possível de Oliveira do Hospital. Esta é a minha posição clara, independentemente de me tornar incómodo seja para quem for, sem problemas nenhuns, porque eu fui eleito como Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, fui eleito para defender os interesses deste concelho e jogarei com as regras que eles têm, embora também reconheça que não deveria ser assim. Mas se é assim que tem de se jogar eu estarei disponível para fazer muitos “lobbies” em termos de defesa dos interesses do meu concelho e da região de Coimbra.” -----

-----O Vereador Paulo Rocha chamou a atenção do Vereador José Francisco Rolo para o facto de se contradizer na tentativa de defesa dos “lobbies”, embora compreenda que essa defesa tenha que existir. Prosseguiu referindo que o Vereador José Francisco Rolo disse que “vai haver uma avaliação de impacto ambiental, ou que já estará a acontecer neste momento, que tem por base critérios técnicos e legais, apontando para a possibilidade de dois traçados. Mas por outro lado diz que temos de nos juntar para defender uma das soluções. Vamos defender uma das soluções, muito bem, mas vamos defendê-la através de “lobbies”, esquecendo os critérios legais na lógica ou que vão conduzir a essa escolha? É que a isso nós também já assistimos no país, em várias situações, infelizmente nalgumas não se percebem e noutras depois também não acontecem. Era aquilo a que o Senhor Presidente da Câmara se estava a referir.” Quanto à tomada de posição da autarquia quanto á construção dos traçados mais referiu que “a autarquia sempre tomou uma posição relativamente aos IC’s”, lembrando que “o Vereador José Francisco Rolo também fez parte dessas decisões”. Referiu igualmente que “também é verdade que foi sempre a autarquia a responder aos desafios que lhe eram colocados, quer pelo Ministério das Obras Públicas, quer pela Estradas de Portugal” salientando que “como é do conhecimento do senhor vereador, foi dito pelo anterior e actual Secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas, que foi por proposta do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, que o traçado do IC37 começou a ser equacionado a Norte da cidade. Portanto, não venha agora dizer que a autarquia nada fez”. Lembrou ainda que o Presidente da Câmara também acabou de dizer que “fomos prejudicados ao longo dos anos pelos sucessivos Governos, incluindo os que são do seu partido político”, sublinhando que “de facto o Senhor Presidente da Câmara tem razão. Nós temos que tomar uma posição sobre o assunto, e aí estamos todos de acordo. Agora, essas tomadas de posição têm que ser formuladas com base em dados concretos. O Senhor Presidente em reunião com o Senhor Secretário de Estado percebeu o que estava em causa, porque teve acesso aos mapas. Agora nós, neste momento, apenas temos em memória aquilo que eram as soluções que nos foram apresentadas na altura.” -----

-----O Vereador Mário Alves dirigindo-se ao Vereador José Francisco Rolo referiu que “contrariamente ao que diz sobre a teoria do silêncio, é falso, muito falso, porque nenhum concelho vizinho fez o que fez o concelho de Oliveira do Hospital”, lembrando que “a primeira reunião que tive com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, daí até então, foi levar-lhe as cartas elaboradas pelos serviços da Câmara Municipal, com as possibilidades de passagem do IC a Norte da cidade, com três possibilidades. E foi-lhe deixado no seu gabinete.” Lembrou igualmente o Vereador José Francisco Rolo de que foi numa reunião conjunta realizada com técnicos vindos de Lisboa, da qual também fez parte, que foram sugeridos determinados nós a construir, salientando que o senhor vereador também se deve recordar de que uma das hipóteses para ligação do IC6 ao



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

IC7, era um nó a construir em cima da localidade de Póvoa das Quartas, e sobre a qual a Câmara Municipal se manifestou dizendo que aquela solução era impossível, sugerindo soluções diferentes, estudadas pela equipa responsável pelo processo de Revisão do PDM. Referiu ainda que é por causa dos “lobbies” que ainda continuam a defender o TGV e a construção da terceira auto-estrada entre Lisboa e Porto, salientando que “é por isso que eu digo chega de “lobbies”, vejamos as coisas como elas devem ser vistas. O Senhor Secretário de Estado que reúna com as Câmaras Municipais de Seia, Oliveira do Hospital e Gouveia, porque são os três mais interessados neste processo e procure encontrar uma solução que minimize os interesses dos três concelhos, que vão ser os mais beneficiados pela construção do IC37, numa estratégia de desenvolvimento da região. Tal como sempre disse, para mim o importante é que a via se faça, se eu vou andar mais dois minutos para lá e reduzir dois minutos para cá, isso para mim é indiferente. Importante é que a via seja construída. -

-----O Presidente da Câmara lembrou o Vereador Mário Alves de que na altura também não ficou muito bem visto por ter assumido tal postura. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu que se o Senhor Presidente da Câmara não está habituado irá habituar-se futuramente a ver os seus colegas Presidentes de Câmara a olharem apenas para o seu “umbigo”.-----

-----O Presidente da Câmara referiu também que “quando as pessoas já estão servidas, quando estão de “barriga cheia”, podem falar, como é o caso de Viseu, e de Nelas que vai ser atravessada pelo IC 12”, lembrando que o problema é quando se está de “barriga vazia”, e que é o caso do concelho de Oliveira do Hospital nessa área. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que não havia falado nem em Viseu, nem em Nelas, mas sim nos três concelhos que são aqueles que estão “encravados”, neste momento, e que precisam de ser “desencravados”. E é entre esses três que deve ser encontrada uma solução.” -----

-----O Vereador José Francisco Rolo declarou entender que politicamente, o Governo da República deve acessibilidades condignas a Oliveira do Hospital e à região da Beira Serra pelo menos há vinte anos, arco de tempo desde que começámos a receber avultados meios financeiros da União Europeia. Quanto ao aspecto prático e pragmático referiu que o projecto vai avançar para avaliação de impacto ambiental, e para o qual têm que existir dois traçados alternativos para que seja viável. Esclareceu que o processo vai avançar para consulta pública, e que nesta fase, havendo dois traçados, vai vencer aquele que tiver maior força política, com *lobby* ou sem *lobby*, salientando que “ou nos unimos para defender aquilo que melhor interessa a Oliveira do Hospital, ou então saímos prejudicados. Chamem-lhe lobby, chamem-lhe força de pressão, chamem-lhe força de defesa dos interesses de Oliveira do Hospital e da região da Beira Serra, agora a verdade é que temos que, neste quadro, com dois traçados alternativos, defender aquele que melhor serve Oliveira do Hospital”. Por essa razão disse entender que “não nos podemos remeter ao silêncio nem estar parados.”-----

-----O Vereador José Carlos Mendes disse entender que na sua perspectiva o que está em causa foi o que referiu o Vereador José Francisco Rolo, ou seja, “nós já devíamos ter acessibilidades externas há muitos anos. Esse é que é o grande problema e uma das principais prioridades deste Município, ou seja, o resolver desta questão”. Quanto ao IC37 referiu igualmente que “é fundamental que se unam esforços no sentido de que ele sirva este concelho o melhor possível”, manifestando a sua disponibilidade para ajudar a Câmara Municipal, na medida do possível, com “lobby”, ou com forças de pressão, no sentido de que os interesses de Oliveira do Hospital sejam defendidos, porque entende que é algo que é feito a nível Nacional e Oliveira do Hospital não pode deixar-se aliar desta situação. Disse ainda entender que se ao nível ambiental, os dois traçados corresponderem, aquele que estiver mais perto de Oliveira do Hospital será aquele que mais interessa a esta região e que deverá ser defendido por todos os oliveirenses. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Presidente da Câmara concluiu referindo que “devemos unir-nos, pois o que todos nós queremos é não continuarmos a ser prejudicados, à semelhança do que tem vindo a acontecer”, salientando que “é um sentimento que penso ser comum a todos os que estamos aqui e que temos esta noção. E por isso também gostaria de vos sensibilizar para que quando tivermos que tomar uma posição, que haja alguma união neste “combate”, um “combate” sobretudo de futuro para o nosso concelho, pois é isso que está em causa. -----

-----O Vereador Mário Alves referiu entender que a Câmara Municipal, à semelhança do que fez no passado, deve efectivamente defender a construção do traçado em causa, até porque era aquele que sempre defendeu, por considerar ser aquele que melhor servia o concelho de Oliveira do Hospital. Concluiu salientando que “as coisas devem ser defendidas onde têm que ser defendidas, nas instituições competentes, pois foi para isso que fomos eleitos. Todos nós aqui representamos o concelho de Oliveira do Hospital, e a nossa posição enquanto responsáveis pelo concelho não tem qualquer peso? Então o que é que tem peso? Que “lobby” é que tem peso? Não, este órgão é que tem que ter peso pois representa a vontade inequívoca dos oliveirenses. E portanto, este é que tem de ser o órgão de pressão, conjuntamente com a Assembleia Municipal. E naturalmente procurar realizar uma reunião com o Senhor Secretário de Estado das Obras Públicas envolvendo os três Municípios acima referidos, para que dentro das regras estabelecidas em termos de comportamento técnico, se encontre uma solução que de alguma forma possa ser conveniente para os três concelhos, reconhecendo no entanto que um deles sairá mais prejudicado. -----

-----O Vereador Paulo Rocha questionou o Presidente da Câmara sobre se na referida reunião tida com o Senhor Secretário de Estado adiantou alguns dados sobre a calendarização em relação às obras do IC6, troço entre o Poço do Gato e o concelho de Oliveira do Hospital, ao que aquele responsável referiu que o Senhor Secretário de Estado, por razões que referiu desconhecer, ainda não tinha esses dados disponíveis. -----

**-----4.8 – REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009-----**

**----- Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alterar a reunião ordinária pública inicialmente agendada para o dia 9 de Dezembro de 2009, para o dia 10 do mesmo mês, com início às 15:30 horas. -----**

**-----APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA -----**

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por unanimidade**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o n.º 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

**----- CONCLUSÃO DA ACTA -----**

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Câmara encerrada a reunião, pelas **doze horas e quarenta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 24 DE  
NOVEMBRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 24 de Novembro de 2009 -----**

**Presidente**

---

**Vereadores**

---

---

---

---

---

---



**REUNIÃO ORDINÁRIA  
PÚBLICA DE 24 DE  
NOVEMBRO DE 2009**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**